

Prefeitura Municipal de Guapó do Estado de Goiás

GUAPÓ-GO

Professor - Pedagogo

Concurso Público Nº 01/18

MR093-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Guapó do Estado de Goiás

Cargo: Professor - Pedagogo

(Baseado no Concurso Público Nº 01/18)

- Língua Portuguesa
 - Matemática
- Conhecimentos Gerais/Atualidades/História e Geografia do Município de Guapó
 - Legislação
- Noções básicas de Informática
 - Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação / Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Camila Lopes
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Compreensão e interpretação de textos literários e não literários/ significado contextual de palavras e expressões.....	83
Níveis de linguagem.	07
Figuras de linguagem.	74
Princípios de coesão e coerência textuais.	86
Tipos de discurso.	07
Funções da linguagem.	74
Estrutura e formação de palavras.	04
Pontuação.	50
Regência verbal e nominal.	58
Concordância verbal e nominal.	52
Colocação pronominal.	07
Uso de crase.	71
Análise Sintática: Introdução à sintaxe.	63
Termos integrantes e acessórios da oração.	63
Classificação das orações coordenadas e subordinadas.	63

Matemática

Números naturais e operações.	01
Frações.	01
Números decimais.	01
Expressão numérica e algébrica.	01
Conjuntos.	01
Equações do 1º e 2º grau.	23
Razões e proporções.....	11
Regra de três simples e composta.	15
Porcentagem. Juros simples e compostos.	74
Probabilidade.	77
Estatística básica.	41
Medidas de Comprimento e Superfície.	19
Medidas de volume e Capacidade.	19
Medida de Massa.	19
Raciocínio Lógico.....	01

Conhecimentos Gerais/Atualidades/História e Geografia do Município de Guapó

Panorama local, nacional e internacional contemporâneo.	01
Panorama da economia nacional e internacional.	08
Atualidades do Brasil e do mundo.	23
Assuntos ligados ao cotidiano e atualidade do Brasil e do Mundo nas áreas: educação, econômica, científica, tecnológica, política, cultura, esportiva, saúde, meio ambiente e social do município de Guapó, de Goiás e do Brasil.	33
Conhecimentos dos aspectos Geográficos e históricos do município de Guapó, de Goiás e do Brasil.	48
Ética Profissional.	58
Noções de Cidadania, Higiene e Saúde.....	60

SUMÁRIO

Noções de Informática

Microsoft Windows XP/2000 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos Microsoft Office.	01
Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, impressão de páginas.....	72
Uso de correio eletrônico.	70
Microsoft Word 2003 ou superior. Estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, e tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	12
Microsoft Excel 2003 ou superior. Estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras, numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação.	31

Legislação

Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos do Município e Constituição Federal de 1988 (artigos 1º ao 6º).....	01
---	----

Conhecimentos Específicos

Ética e Educação. Aprendizagem – Processo e Fatores que interferem e aplicação das Teorias Psicológicas à Educação.....	01
A Compreensão da Educação como Processo Social.	03
A LDB: Princípios e Fins da Educação; Níveis e Modalidades de Ensino.....	05
Planejamento de Ensino.....	42
Componentes do Plano Didático.	42
O Projeto Pedagógico da Escola: Concepção, Características, Processos.....	43
Currículo e Matriz Curricular: Teorias do Currículo. Fundamentos Condicionantes e Metodologia do Planejamento Curricular.....	47
Gestão Escolar: Gestão Democrática da Escola. Eficiência e Eficácia Escolar.....	60
Clima de Trabalho na Escola.....	62
Organização. Assistência à Educação / Coordenação / Controle. Avaliação.	69
A Dinâmica da Escola.....	71
Projeto Pedagógico.	71
Estrutura Funcional. Currículo.....	71
A Função e a Prática do Gestor na organização e articulação do Trabalho Pedagógico.....	82
Práticas Pedagógicas Integradas no cotidiano Escolar.....	83
Tempos e Espaços Escolar: Os Aspectos legais para o seu funcionamento.....	96
O Regimento Escolar sua importância, elaboração e aplicabilidade.....	97
Conhecimentos pedagógicos.....	98
O processo de construção do conhecimento científico pela criança.	98
Concepções Pedagógicas.....	98
Teorias Educacionais.....	99
Projetos Pedagógicos.	100
Currículo e Avaliação. Didática Geral e Prática de Ensino.	100
O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem.	100
O Jogo e o Brincar.....	101
Prática Educativa.	104
Parâmetros Curriculares Nacionais.....	105
Projetos Interdisciplinares.....	131
Temas transversais.....	132
Diretrizes e bases da educação na nova LDB.....	132

SUMÁRIO

Ambiente Educacional e Familiar,	132
Participação dos Pais	133
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	133
Legislação Educacional.....	137
História da Educação.....	153
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.	154

Anexo I

Lei Orgânica do Município	01
---------------------------------	----

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

MATEMÁTICA

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; Frações e operações com frações.	01
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais	11
Regra de três	15
Sistema métrico decimal	19
Equações e inequações	23
Funções	29
Gráficos e tabelas	37
Estatística Descritiva, Amostragem, Teste de Hipóteses e Análise de Regressão	41
Geometria	47
Matriz, determinantes e sistemas lineares	62
Sequências, progressão aritmética e geométrica	70
Porcentagem	74
Juros simples e compostos	77
Taxas de Juros, Desconto, Equivalência de Capitais, Anuidades e Sistemas de Amortização	80
Análise combinatória;	93

**NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS:
OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO,
MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO,
POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES
NUMÉRICAS; FRAÇÕES E OPERAÇÕES COM
FRAÇÕES.**

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem. Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 1000 é 1001.
- O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- O antecessor do número m é m-1.
- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 56 é 55.
- O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$\begin{aligned} 10 + 12 - 6 + 7 \\ 22 - 6 + 7 \\ 16 + 7 \\ 23 \end{aligned}$$

Exemplo 2

$$\begin{aligned} 40 - 9 \times 4 + 23 \\ 40 - 36 + 23 \\ 4 + 23 \\ 27 \end{aligned}$$

Exemplo 3

$$\begin{aligned} 25 - (50 - 30) + 4 \times 5 \\ 25 - 20 + 20 = 25 \end{aligned}$$

Números Inteiros

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\dots -3, -2, -1, 0, 1, 2, \dots\}$$

Subconjuntos do conjunto \mathbb{Z} :

1) Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots -2, -1, 1, 2, \dots\}$$

2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, \dots\}$$

3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots -3, -2, -1\}$$

Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma $\frac{a}{b}$, onde a e b são inteiros quaisquer, com $b \neq 0$

São exemplos de números racionais:

$$\begin{aligned} -12/51 \\ -3 \\ -(-3) \\ -2,333\dots \end{aligned}$$

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535...$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666...$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros (100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$X=0,333...$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

$$10x=3,333...$$

E então subtraímos:

$$10x-x=3,333...-0,333...$$

$$9x=3$$

$$X=3/9$$

$$X=1/3$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

$$\text{Façamos } x = 1,1212...$$

$$100x = 112,1212...$$

Subtraindo:

$$100x-x=112,1212...-1,1212...$$

$$99x=111$$

$$X=111/99$$

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e $b \neq 0$.

Exemplo: $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$ e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

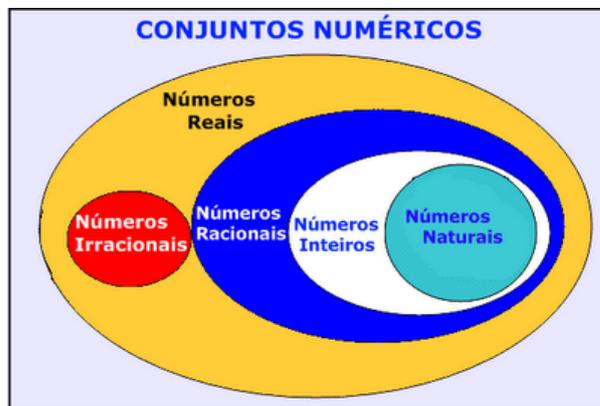
Exemplo: $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$ e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais ($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

Números Reais



Fonte: www.estudokids.com.br

CONHECIMENTOS GERAIS / ATUALIDADES HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE GUAPÓ

Panorama local, nacional e internacional contemporâneo.	01
Panorama da economia nacional e internacional.	08
Atualidades do Brasil e do mundo.	23
Assuntos ligados ao cotidiano e atualidade do Brasil e do Mundo nas áreas: educação, econômica, científica, tecnológica, política, cultura, esportiva, saúde, meio ambiente e social do município de Guapó, de Goiás e do Brasil.	33
Conhecimentos dos aspectos Geográficos e históricos do município de Guapó, de Goiás e do Brasil.	48
Ética Profissional.	58
Noções de Cidadania, Higiene e Saúde.....	60

**PANORAMA LOCAL, NACIONAL E
INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO.**

Considerada por alguns uma questão já superada no mundo moderno e globalizada, no qual as fronteiras e a capacidade de ação autônoma do Estado estariam sendo contínua e cotidianamente suplantadas pela dinâmica das relações internacionais no plano econômico, tecnológico e mesmo jurídico¹, a soberania como conceito e ação prática do Estado-Nação parece, no entanto, resistir bravamente à sua morte prematuramente anunciada, apesar da necessidade de adaptações teórico-práticas em relação aos fenômenos por ela representados. Se é fato que a capacidade dos Estados contemporâneos de regular o fluxo de pessoas, capitais, conhecimento e tecnologia encontra-se bastante relativizada, em especial naqueles países integrados de forma subalterna ao mercado capitalista mundial, também é verdade que tal atributo não foi de todo perdido, havendo mesmo fortes movimentos de resistência política e cultural no sentido de resgatar a soberania dos diferentes países, vale dizer, em grande parte, não só sua identidade como nação, mas também sua faculdade de ação autônoma no cenário internacional, e isso independentemente das características históricas do seu surgimento e afirmação no cenário internacional.

Uma das principais áreas de manifestação desse revival da noção de soberania é aquela em que se dá o exercício do que pode ser definido, em termos conceituais, como "soberania jurídica" dos Estados, isto é, a sua capacidade de, em uma ordem internacional crescentemente marcada por tratados, convenções e instrumentos jurídicos internacionais das mais variadas ordens, que regulam as relações entre os países e as submetem a um padrão normativo com pretensões universais, aplicar a legislação daí decorrente no plano nacional interno considerando suas próprias tradições culturais, sociais e jurídicas. Isso significa, na realidade, que a capacidade regulatória desses instrumentos e dos organismos institucionais criados para vigiar a sua aplicação é sempre mediada pelo exercício soberano de uma adequação necessária aos parâmetros nacionais de manifestação da cultura jurídica e social das diferentes nações, embora essa capacidade varie de forma significativa em função das características da sua inserção específica na ordem internacional.

Tal assertiva se aplica de forma bastante apropriada ao Brasil, país que, nas duas últimas décadas, depois da ruína, nos anos 1990 do século passado, da ordem mundial construída em torno do confronto dos blocos comunista e capitalista, procura exercer de forma incisiva o preceito da soberania como fundamento de sua presença no cenário internacional. O propósito do presente texto, nesse sentido, é o de explorar alguns fatores relacionados com o exercício da soberania como condição de existência do Estado-Nação no mundo globalizado. Nossa hipótese é a de que, longe de ser um resquício de uma época histórica já

superada pela dinâmica do capitalismo contemporâneo, a soberania e a luta por mantê-la ou conquistá-la como bem nos mostra, por exemplo, a luta palestina pela constituição de sua nação independente tende a se perpetuar, como condição da permanência e autonomia dos Estados no concerto das nações. Nessa perspectiva, apesar da crescente fluidez das fronteiras físico-geográficas e culturais que separam os povos, a noção de que a sobrevivência e a perpetuação da sua identidade cultural dependem do exercício da soberania parece estar-se tornando um dos pontos principais de referência nas relações bilaterais e multilaterais entre os diferentes Estados. Como exemplo dessa tendência, analisaremos o caso do Brasil no que tange à noção de "soberania jurídica", para melhor exemplificar a hipótese sobre a qual se construirá este texto.

**A SOBERANIA COMO FUNDAMENTO E ATRIBUTO
DO ESTADO-NAÇÃO**

O conceito de soberania tem já uma longa trajetória no âmbito da teoria política e na Filosofia do Direito ocidentais. Concebida como um dos pilares da moderna concepção de Estado-Nação, a soberania vem sendo definida de diferentes formas no percurso histórico entre o século XVI e o presente. As primeiras formulações modernas do conceito, surgidas no final do século XVI juntamente com o próprio conceito de Estado, tiveram como propósito sublinhar o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política, não submetido a nenhum outro poder. Os primeiros autores dedicados ao tema, Jean Bodin e Thomas Hobbes, colocaram maior ênfase, respectivamente, no monopólio do poder legislativo do Estado o poder de fazer e desfazer as leis de um lado, e no monopólio do uso da força ou da coerção física o poder de impor determinados comportamentos aos membros da sociedade de outro. Essa ênfase respondia a condições históricas particulares luta pela autonomia política do Estado moderno contra o Papado e a ingerência da Igreja nos assuntos seculares, bem como o perigo de esfacelamento social provocado pelas guerras religiosas na Inglaterra, as quais demandavam uma nova forma de conceber os mecanismos responsáveis pela criação e manutenção da coesão política na sociedade.

Nesse sentido, a soberania pode ser definida como o poder de mando em última instância numa sociedade política; ela pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido de transformação da força, ou capacidade de coerção, em poder legítimo, (isto é) do poder de fato em poder de direito. Reveste-se então de dupla face: na sua face interna, a soberania representa a capacidade de manter a paz entre os componentes da sociedade, de forma a permitir ao Estado garantir a ordem social e realizar o enfrentamento com outros Estados no cenário internacional. Dessa forma, ela se manifesta em uma posição de supremacia em relação às demais forças sociais presentes na arena política. Na sua face externa, por sua vez, ela se pauta por relações de equilíbrio sempre instável e questionável entre os diferentes Estados, equilíbrio este que tem na guerra um poderoso instrumento, o qual se encontra hoje racionalizado pela via dos tratados de Direito Internacional,

CONHECIMENTOS GERAIS / ATUALIDADES HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE GUAPÓ

os quais colocam os Estados em posição de igualdade formal no contexto de uma ordem jurídica internacional. Uma definição complementar à exposta acima nos é oferecida por Hermann Heller em seu estudo clássico sobre o tema, quando afirma que a soberania consiste na capacidade, tanto jurídica quanto real, de decidir de maneira definitiva e eficaz todo conflito que altere a unidade da cooperação social territorial, inclusive contra o direito positivo, se necessário, além da capacidade de impor a decisão a todos, não só aos membros do Estado, mas, em princípio, a todos os habitantes do território.

Dessa forma, os poderes associados à soberania, nos planos interno e externo, podem ser definidos como a capacidade de: decidir acerca da guerra e da paz; nomear os chefes militares e os magistrados; emitir moeda; definir e/ou suspender os impostos; conceder indultos e anistia; julgar em última instância; e usar, de forma legítima, a violência física para manter a ordem interna e defender o território nacional. Internamente, como propôs Hobbes, na perspectiva de uma soberania absoluta na qual o soberano encontra-se em uma situação suprema (isto é, acima da lei), os limites à soberania dependem, única e exclusivamente, dos limites da própria imaginação humana. Essa perspectiva será, no entanto, profundamente modificada nos séculos seguintes, em especial no século XVIII, com a entrada em cena, por um lado, das proposições de Rousseau, o qual iria definir a soberania como a expressão da vontade geral do povo, e não mais como atributo exclusivo do Estado ou do soberano, e, de outro, também com o conflito opondo as propostas acerca da manutenção da unitariedade do poder soberano do Estado e aquelas que defendiam a constituição de um balanço no Poder Republicano em torno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Sendo essa a perspectiva que irá tornar-se vencedora, o Poder Legislativo passará a ser considerado o mais importante dos poderes políticos, por expressar, como queria Rousseau, a vontade geral do país por meio da eleição de seus representantes no Parlamento.

Essa visão da soberania irá inaugurar uma longa e fértil trajetória teórica e política no mundo ocidental, contando com representantes importantes no mundo contemporâneo, como Jürgen Habermas, cuja definição e análise da soberania será explorada mais à frente neste artigo. Essa mudança no sentido atribuído à soberania tem, no entanto, um alcance mais voltado para a ordem interna do país, pois, no âmbito externo, o Estado-Nação apresenta-se sempre como entidade indivisa frente aos demais membros da comunidade internacional. No contexto da comunidade das nações, a soberania se configura (ao menos desde a paz de Westfália, em 1648) como uma potestade ou poder que há de ser confirmado pelo reconhecimento de outros Estados. Na comunidade internacional, reconhecer a soberania de um Estado significa renunciar a intervir nos assuntos internos do mesmo, admitindo que já existe aí um poder supremo legítimo.

A relação entre Estados soberanos assim reconhecidos é de igual para igual, e em nenhum caso hierárquica. Assim, tanto o direito constitucional como o direito internacional reafirmam a visão de Jean Bodin da soberania como o po-

der absoluto e perpétuo da república. A soberania, portanto, é sempre um processo e um fenômeno relacional, pois depende necessariamente do seu reconhecimento por parte dos demais Estados-Nação presentes na esfera internacional. Podemos dessa forma explorar pelo menos três dimensões do exercício da soberania pelos Estados nacionais. Em primeiro lugar, a soberania econômica, entendida como a capacidade de cada Estado de definir de forma autônoma os instrumentos necessários à administração da atividade econômica de cada país, com destaque para a emissão e fixação do valor da moeda, as regras para o intercâmbio comercial com outros países e a fixação de impostos e taxas aduaneiras.

Em segundo lugar, a soberania propriamente política, definida como a faculdade de cada país de definir seu regime político, os mecanismos da alternância de poder e seu sistema eleitoral, no plano interno, assim como a faculdade de atuar como membro autônomo e livre de pressões ilegítimas no concerto internacional das nações. Em terceiro lugar, a soberania jurídica, relativa à capacidade de cada Estado-Nação de celebrar, de forma livre, acordos e tratados internacionais, os quais servem de parâmetros para a definição das regras de convivência entre as diferentes nações, sem que isso implique ferir as suas soberanias jurídica e política internas, conferindo-lhes, por outro lado, legitimidade internacional.

Dessa forma, a soberania pode ser definida, em uma palavra, como a independência de cada país em relação a qualquer poder externo que impeça ou limite a autonomia do Estado no plano externo, ainda quando demande reconhecimento mútuo para ser validada. Fica claro, assim, que uma das grandes questões envolvendo o tema da soberania remete ao delicado equilíbrio a ser conseguido, e mantido, no que tange à necessidade de construção de uma ordem internacional legítima, que respeite o exercício da soberania próprio a cada Estado, ao mesmo tempo em que é capaz de criar mecanismos regulatórios das suas relações sem colocar em cheque a soberania dos Estados-membros.

SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO: CONFLITOS E CONFLUÊNCIAS

Outro fator determinante da redefinição do conceito e da prática da soberania em escala internacional, atualmente, é o fenômeno da globalização. Para muitos autores, a globalização, em especial no seu aspecto econômico, simplesmente rompeu com toda capacidade de soberania dos Estados na gestão, por exemplo, dos fluxos financeiros da ordem de US\$ 1 trilhão/dia entre os diferentes Estados-Nação, sendo, talvez, a face mais visível desse fenômeno, o qual tem também outras facetas muito importantes, algumas positivas e outras nem tanto. A globalização traduz-se, hoje, em uma crescente interdependência econômica das nações, materializada no fluxo do comércio, do capital, de pessoas e tecnologia entre elas. Esse intercâmbio universal, segundo David Held, é facilitado por tipos diferentes de infra-estrutura física (como os transportes ou o sistema bancário) normativa (como as regras do comér-

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-Windows XP – conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2003.	01
MS-Word 2003 – estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	12
MS-Excel 2003 – estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	31
MS-PowerPoint 2003 – estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.	46
Correio Eletrônico – uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	70
Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.	72

MS-WINDOWS XP – CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2003.

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS XP

O Windows XP (o XP utilizado no nome vêm da palavra eXPerience), que inicialmente foi chamado de Windows Whistler, e que sucede o Windows Me e também o Windows 2000.

O WinXP possui duas versões: o Windows XP Home Edition (que substitui o Windows Me) e o Windows XP Professional Edition (que substitui o Windows 2000 Professional).

Iniciando o Windows

Ao iniciar o Windows XP a primeira tela que temos é tela de logon, nela, selecionamos o usuário que irá utilizar o computador.

Ao entrarmos com o nome do usuário, o Windows efetuará o Logon (entrada no sistema) e nos apresentará a área de trabalho:



Na Área de trabalho encontramos os seguintes itens:

- Ícones;
- Barra de tarefas;
- O Botão iniciar.

Ícones

Figuras que representam recursos do computador, um ícone pode representar um texto, música, programa, fotos e etc. você pode adicionar ícones na área de trabalho, assim como pode excluir. Alguns ícones são padrão do Windows:

- Meu Computador;
- Meus Documentos;
- Meus locais de Rede;
- Internet Explorer.

Barra de tarefas

A barra de tarefas mostra quais as janelas estão abertas neste momento, mesmo que algumas estejam minimizadas ou ocultas sob outra janela, permitindo assim, alternar entre estas janelas ou entre programas com rapidez e facilidade.

A barra de tarefas é muito útil no dia a dia. Imagine que você esteja criando um texto em um editor de texto e um de seus colegas lhe pede para você imprimir uma determinada planilha que está em seu micro.

Você não precisa fechar o editor de textos. Apenas salve o arquivo que está trabalhando, abra a planilha e mande imprimir, enquanto imprime você não precisa esperar que a planilha seja totalmente impressa, deixe a impressora trabalhando e volte para o editor de textos, dando um clique no botão correspondente na Barra de tarefas e volte a trabalhar.

A barra de Tarefas, na visão da Microsoft, é uma das maiores ferramentas de produtividade do Windows. Vamos abrir alguns aplicativos e ver como ela se comporta.



O Botão Iniciar

O botão Iniciar é o principal elemento da Barra de Tarefas. Ele dá acesso ao Menu Iniciar, de onde se pode acessar outros menus que, por sua vez, acionam programas do Windows. Ao ser acionado, o botão Iniciar mostra um menu vertical com várias opções. Alguns comandos do menu Iniciar têm uma seta para a direita, significando que há opções adicionais disponíveis em um menu secundário. Se você posicionar o ponteiro sobre um item com uma seta, será exibido outro menu.

O botão Iniciar é a maneira mais fácil de iniciar um programa que estiver instalado no computador, ou fazer alterações nas configurações do computador, localizar um arquivo, abrir um documento.



Menu Iniciar

O botão iniciar pode ser configurado. No Windows XP, você pode optar por trabalhar com o novo menu Iniciar ou, se preferir, configurar o menu Iniciar para que tenha a aparência das versões anteriores do Windows (95/98/Me). Clique na barra de tarefas com o botão direito do mouse e selecione propriedades e então clique na guia menu Iniciar.

Esta guia tem duas opções:

- Menu iniciar: Oferece a você acesso mais rápido a e-mail e Internet, seus documentos, imagens e música e aos programas usados recentemente, pois estas opções são exibidas ao se clicar no botão Iniciar. Esta configuração é uma novidade do Windows XP.

- Menu Iniciar Clássico: Deixa o menu Iniciar com a aparência das versões antigas do Windows, como o Windows ME, 98 e 95.

Propriedades do menu Iniciar

Todos os programas

O menu Todos os Programas, ativa automaticamente outro submenu, no qual aparecem todas as opções de programas. Para entrar neste submenu, arraste o mouse em linha reta para a direção em que o submenu foi aberto. Assim, você poderá selecionar o aplicativo desejado. Para executar, por exemplo, o Paint, basta posicionar o ponteiro do mouse sobre a opção Acessórios. O submenu Acessórios será aberto. Então aponte para Paint e dê um clique com o botão esquerdo do mouse.

Logon e Logoff

Abre uma janela onde você poderá optar por fazer logoff ou mudar de usuário. Veja a função de cada um:

- Trocar usuário: Clicando nesta opção, os programas que o usuário atual está usando não serão fechados,

e uma janela com os nomes dos usuários do computador será exibida para que a troca de usuário seja feita. Use esta opção na seguinte situação: Outro usuário vai usar o computador, mas depois você irá continuar a usá-lo. Então o Windows não fechará seus arquivos e programas, e quando você voltar ao seu usuário, a área de trabalho estará exatamente como você deixou.

- Fazer logoff: este caso é também para a troca de usuário. A grande diferença é que, ao efetuar o logoff, todos os programas do usuário atual serão fechados, e só depois aparece a janela para escolha do usuário.



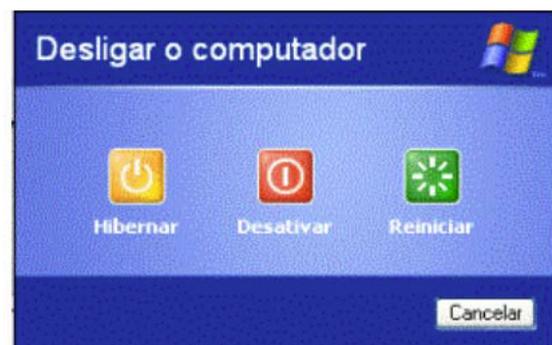
Desligando o Windows XP

Clicando-se em Iniciar, desligar, teremos uma janela onde é possível escolher entre três opções:

- Hibernar: Clicando neste botão, o Windows salvará o estado da área de trabalho no disco rígido e depois desligará o computador. Desta forma, quando ele for ligado novamente, a área de trabalho se apresentará exatamente como você deixou, com os programas e arquivos que você estava usando, abertos.

- Desativar: Desliga o Windows, fechando todos os programas abertos para que você possa desligar o computador com segurança.

- Reiniciar: Encerra o Windows e o reinicia.



Acessórios do Windows

O Windows XP inclui muitos programas e acessórios úteis. São ferramentas para edição de texto, criação de imagens, jogos, ferramentas para melhorar a performance do computador, calculadora e etc.

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos do Município e Constituição Federal de 1988 (artigos 1º ao 6º).....01

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ARTIGOS 1º AO 6º).

Prezado Candidato, a referida Lei Orgânica do Município, está em um anexo separado juntamente com a apostila.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Ato decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de inter-relação coletiva;
- VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - Pedagogo

Ética e Educação. Aprendizagem – Processo e Fatores que interferem e aplicação das Teorias Psicológicas à Educação.....	01
A Compreensão da Educação como Processo Social.	03
A LDB: Princípios e Fins da Educação; Níveis e Modalidades de Ensino.....	05
Planejamento de Ensino.....	42
Componentes do Plano Didático.	42
O Projeto Pedagógico da Escola: Concepção, Características, Processos.....	43
Currículo e Matriz Curricular: Teorias do Currículo. Fundamentos Condicionantes e Metodologia do Planejamento Curricular.....	47
Gestão Escolar: Gestão Democrática da Escola. Eficiência e Eficácia Escolar.....	60
Clima de Trabalho na Escola.....	62
Organização. Assistência à Educação / Coordenação / Controle. Avaliação.	69
A Dinâmica da Escola.....	71
Projeto Pedagógico.	71
Estrutura Funcional. Currículo.....	71
A Função e a Prática do Gestor na organização e articulação do Trabalho Pedagógico.....	82
Práticas Pedagógicas Integradas no cotidiano Escolar.....	83
Tempos e Espaços Escolar: Os Aspectos legais para o seu funcionamento.	96
O Regimento Escolar sua importância, elaboração e aplicabilidade.....	97
Conhecimentos pedagógicos.....	98
O processo de construção do conhecimento científico pela criança.	98
Concepções Pedagógicas.....	98
Teorias Educacionais.....	99
Projetos Pedagógicos.	100
Currículo e Avaliação. Didática Geral e Prática de Ensino.	100
O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem.	100
O Jogo e o Brincar.....	101
Prática Educativa.	104
Parâmetros Curriculares Nacionais.	105
Projetos Interdisciplinares.	131
Temas transversais.....	132
Diretrizes e bases da educação na nova LDB.	132
Ambiente Educacional e Familiar,	132
Participação dos Pais.....	133
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	133
Legislação Educacional.....	137
História da Educação.....	153
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.	154

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - Pedagogogo

ÉTICA E EDUCAÇÃO. APRENDIZAGEM – PROCESSO E FATORES QUE INTERFEREM E APLICAÇÃO DAS TEORIAS PSICOLÓGICAS À EDUCAÇÃO.

Ética é o conjunto de princípios e valores que usamos para decidir nossa conduta social. Se só existisse um ser humano no planeta, não existiria a questão ética, porque ela é a regulação da conduta, da vida coletiva. Esse ser único seria absolutamente soberano para fazer tudo sem se importar com nada. Como vivemos todos juntos, temos que ter princípios e valores de convivência, de maneira que tenhamos uma vida íntegra, do ponto de vista físico, material e espiritual.

A ética é o conjunto desses princípios de convivência. A moral é a prática. Não existe ética individual, existe ética de um grupo, de uma sociedade, de uma nação. Porém, existe moral individual, porque moral é a prática. Ainda não temos uma ética universal, isto é, que tenha validade para todos os seres humanos em qualquer tempo e em qualquer lugar. O que mais se aproximou disso foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

As grandes questões éticas

As grandes questões universais são: O que é certo e o que é errado? O que é o bem e o que é o mal? Tenho um princípio pessoal para julgar o que é bom e o que é ruim. Tudo o que eu fizer que ajude a mim ou outro ser humano a ter mais vitalidade e não diminua sua dignidade e capacidade é bom. Tudo o que eu fizer que diminua sua dignidade, capacidade ou vitalidade não é bom.

As questões éticas podem mudar ao longo da história. O advento das plataformas digitais, por exemplo, trouxe novas questões éticas relacionadas à ideia de privacidade. A ética é relativa ao seu tempo. Ela só é compreendida quando se levam em consideração a sociedade em que surge, a época em que vem à tona e também a cultura em que se situa.

Só se pode dizer que uma pessoa não tem ética se ela for incapaz de decidir, julgar e avaliar. Por exemplo, uma criança pequena, um adulto que tenha mal de Alzheimer ou esclerose senil, uma pessoa com distúrbios mentais. Estes, sim, não são capazes de escolher, decidir e julgar.

Um bandido tem ética? Claro. Na verdade, ele tem princípios e valores para julgar, decidir e agir. Eu chamo a ética do bandido de antiética. O político que frauda o orçamento, o professor que se vale de sua posição para exercer autoritarismo, o pai ou a mãe que é leviano naquilo que faz, todos esses têm ética: eu chamo isso de antiética.

A antiética é o que colide com o que eu entendo como saudável. Nós somos capazes de escolher o que nos faz mal, mesmo sabendo das consequências. Por exemplo, comemos alimentos que nos fazem mal conscientemente. Essa capacidade de escolha e os princípios que a regulam é o que nós chamamos de ética.

Posso, quero e devo?

A ética é uma questão de autonomia (aquilo que vem de dentro). É a regra interna que tem de ser internalizada, e não apenas obedecida. Há coisas que quero, mas não posso. Há coisas que posso, mas não devo. E há coisas que devo, mas não quero. O equilíbrio na vida vem quando o que você quer é algo que você pode e algo que você deve.

Um grande pensador vindo do cristianismo, chamado Paulo, ou São Paulo, por alguns, tem uma frase clássica que é muito forte, em sua segunda carta aos coríntios: “Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém”. Posso fazer qualquer coisa porque sou livre, mas não devo fazer qualquer coisa. E o que não devo fazer? O que torna imunda a minha história, o que torna desonrosa a minha vitória, o que torna indecente o meu sucesso, o que torna nojento o meu patrimônio... Isto é, tudo aquilo que fraturar, apodrecer a minha integridade.

O ensino de ética na escola

É possível tratar a ética como tema. Ela não precisa ser uma disciplina no Ensino Fundamental, mas pode aparecer como um conteúdo no conjunto das disciplinas. No Ensino Médio, deve ser abordada, normalmente, dentro da Filosofia, porque é uma parte da Filosofia. Não é exclusividade, mas uma parte. E, no Ensino Superior, tem, sim, que aparecer como uma matéria, uma disciplina.

Mas não se ensina ética apenas falando ou pensando sobre ela. A ética é, acima de tudo, exemplar. Uma professora, por exemplo, precisa saber que na hora da entrada das crianças ou na volta do intervalo, ela não deve fazer uma fila e dizer assim: “Meninos de um lado e meninas do outro”, porque não se separa por gênero. A função de uma fila é organizar, e não separar por gênero. Qual é a finalidade disso? A vida não é assim. Você não vai a um supermercado e há caixa para homem, caixa para mulher; você não vai ao banco e há caixa para homem, caixa para mulher. Onde há essa separação? Em escola, penitenciária e hospício. Portanto, cautela!

Outro exemplo de natureza ética: é preciso respeitar o aluno. A primeira coisa que se tem de fazer ao começar a dar aula para uma turma é aprender o nome dos alunos, porque isso é um sinal de respeito, é a capacidade exemplar do trabalho pedagógico. E não adotar um material didático que seja antiético – por exemplo, que não seja pluriétnico.

Fui alfabetizado com livros em que, quando se falava de corpo humano, o desenho era de um sujeito alto, forte e loiro de olhos azuis, um sueco. A criança brasileira, de maneira geral, olhava para aquilo, olhava para ela, olhava em volta e não tinha identidade. Cautela para não falar em meia cor da pele, não falar em xampu para cabelos normais, nunca. Tudo isso tem a ver com o conteúdo da vida, da escola, da mídia.

Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/10388-%C3%A9tica-e-educa%C3%A7%C3%A3o>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - Pedagogo

O processo de aprendizagem é um fenômeno natural do ser humano que envolve uma série de fatores: aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais. Quando um bebê é estimulado por seus pais a pegar objetos ele o faz, acontecendo o mesmo quando é estimulado a engatinhar, mastigar, andar, ler, diferenciar cores e outras coisas. Dessa forma, é possível dizer que o processo de aprendizagem é tido a partir da motivação.

Existem casos em que um indivíduo pode apresentar dificuldades na aprendizagem como hipo ou hiperatividade, déficit de atenção, problemas relacionados a números, desajustes emocionais, dificuldades de concentração e de memorização, má percepção e inibição participativa.

Howard Gardner, psicólogo que criou a Teoria das Inteligências Múltiplas, relatou sobre a existência de sete tipos de inteligência que são ativadas a partir de estímulos. São elas: verbal, lógica, musical, visual, interpessoal e intrapessoal.

Tais inteligências devem ser estimuladas de forma que o indivíduo não tenha nenhuma área latente. O aprimoramento inteligível a partir da ativação das inteligências acontecerá de maneira espontânea resultando dos estímulos recebidos.

Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/psicologia/aprendizagem.htm>

É dado o nome de Psicologia da Educação ao segmento de estudos e pesquisas que visam descrever os processos psicológicos presentes na educação. Teóricos como Sigmund Freud, Jean Piaget, Burrhus Frederic Skinner, Carl Rogers, Lev Vygotsky e Alexander Luria são tidos como precursores dos estudos em Psicologia da Educação.

Atualmente, a Psicologia da Educação é considerada um ramo tanto da Psicologia como da Educação e caracteriza-se como uma área de investigação dos problemas e fenômenos educacionais, a partir de um entendimento psicológico.

A maioria dos autores considera o processo ensino-aprendizagem como o objeto fundamental desta ciência. Contudo, importa também abranger a educação familiar da criança e do adolescente, considerando que o processo ensino-aprendizagem não se limita ao aspecto puramente cognitivista, sendo também afetivo-motivacional, diferencial, ultrapassando o contexto escolar.

Psicologia do Desenvolvimento

A Psicologia do Desenvolvimento pode ser entendida como a área de conhecimento que se interessa pelas mudanças constituídas ao longo da vida humana e que busca explicar os fatores que as produzem. Busca desvendar os caminhos traçados, as escolhas feitas, tudo aquilo que edifica o indivíduo em cada momento de sua vida. Ou seja, procura compreender como, por que e para que as pessoas mudam.

Debruçando-se sobre essa fascinante área, os autores apresentam, neste livro, um panorama histórico e teórico sobre os estudos do desenvolvimento humano e dedicam capítulos específicos para a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice.

Esta obra constitui uma importante contribuição para a formação de estudantes, profissionais e pesquisadores que já atuam ou que pretendem atuar com o desenvolvimento humano.

Psicologia da Aprendizagem

Da teoria do condicionamento ao construtivismo

O grande desafio da educação no Brasil de hoje não consiste apenas em viabilizar a permanência dos alunos na escola, mas principalmente em fazer com que eles aprendam o que é ensinado. Dessa forma, é possível contribuir para o desenvolvimento e a capacitação daqueles que serão os cidadãos do futuro. Diante de tantas variáveis que impedem a concretização da melhoria na educação, a única certeza é que todos têm capacidade para aprender. E cada um aprende sob determinadas condições e de acordo com o próprio ritmo. Neste livro, os autores oferecem um panorama das principais contribuições da Psicologia à compreensão do processo de aprendizagem e à busca da eficácia da educação escolar. Detalham oito concepções diferentes, desde Skinner até Emilia Ferreiro, passando por Piaget e Vigotski. Os autores destacam, em cada uma das teorias apresentadas, elementos diretamente vinculados ao trabalho escolar, que possam servir de apoio efetivo ao educador no cotidiano da sala de aula. A obra é particularmente indicada para os cursos que formam professores.

Aprendizagem

Teoria e prática

Todos, sem exceção, são capazes de aprender. Diferentes podem ser o ritmo e a velocidade, os materiais e os métodos, as condições pessoais e o contexto da aprendizagem – assim como as intenções e os objetivos, as motivações e os interesses. Desde que os fatores necessários estejam presentes, não resta dúvida de que a aprendizagem ocorrerá. Partindo dessa verdade pedagógica, o professor Nelson Piletti discute o processo de aprendizagem considerando essas múltiplas peculiaridades e traz subsídios e sugestões para a criação de condições adequadas para que esse processo se desenvolva com eficiência. Para isso, discute questões que os professores vivenciam em sala de aula, como motivação, liberdade, criatividade, amizade, novas tecnologias e avaliação. Dessa forma, o livro estimula a reflexão, o debate de teorias e de práticas, para que, em confronto com as próprias experiências, cada um possa chegar a conclusões pessoais e ao aprimoramento de pensamentos e ações no cotidiano educacional. Obra essencial para professores e futuros professores.

Didática

Finalmente um manual claro, moderno e completo de Didática, escrito especialmente para alunos e professores da disciplina nos cursos de Pedagogia e de formação continuada. Obra sem o ranço dos velhos tratados, escrito por um professor brasileiro para as necessidades do nosso país. Didática dosa com sabedoria teoria e prática. Con-